

MESA - REDONDA

HISTORIOGRAFIA  
DA  
REVOLUÇÃO FRANCESA

Maria Yedda Linhares

Rejane Márcia Freitas de Oliveira

Francisco José Calazans Falcon

Célia Galvão Quirino

S  
E  
S  
S  
Ã  
O  
8

# A HISTORIOGRAFIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

## - UM RETROSPECTO -

Maria Yedda Linhares

Pode parecer ocioso discutir, mais uma vez, as diferentes abordagens da Revolução Francesa, como um evento da História em permanente julgamento por parte da sociedade e de seus intérpretes. Mas comecemos tomando de empréstimo a última frase de Jacques Godechot em um de seus memoráveis balanços sobre os historiadores que inovaram o conhecimento da Revolução:

“A historiografia é o complemento indispensável da história, ela nos mostra porque esta, como o mar, é sempre bela e sempre recomeçada”.

(Jacques Godechot, **Un jury pour la Révolution**, Ed. Robert Laffont, Paris, 1974).

Assim, a história do evento, além da importância que lhe é própria, ilustra, enquanto historiografia, a história de todos os tempos e dos homens que a escreveram. Não se trata, porém, de serem recolocadas, neste momento, questões ligadas à objetividade ou à subjetividade do trabalho historiográfico, nem tão pouco de retomar a velha indagação: até que ponto o historiador é prisioneiro de seu tempo e de sua cultura, nos estreitos limites que lhe impõe o grupo social a que pertence, as ideologias de sua época e o público ao qual se dirige? Mas parece-nos evidente que a historiografia leva em conta, necessariamente, marcos temporais e ideológicos que delimitam os horizontes do analista e enquadram a visão do passado por parte de quem o observa – o historiador. Por outro lado, não deixa de ser menos evidente que o retrospecto aqui pretendido também se enquadra na perspectiva, historicamente determinada, de outro analista: o historiador da historiografia, ele também intelectual do seu tempo, intérprete do passado e, de alguma forma, militante no seu presente.

Abordaremos alguns aspectos da historiografia da Revolução Francesa tendo em vista aflorar o problema do revisionismo atual e, ao mesmo tempo, situar a posição daqueles que têm encarado 1789 como o marco histórico capital para a civilização moderna, opondo-se às percepções relativistas que tanto vêm embalando as mentes e povoando os sonhos de uma nova intelectualidade questionadora de determinado conhecimento e de **determinada certeza científica**. No fundo, a **nossa época** – o final do século XX que comemora o bicentenário da Bastilha – questiona, certa ou erradamente, com maior ou menor ardor, as ideologias herdadas, o conhecimento que se

acumulou através dos séculos e que nutriu nossas esperanças. Põe em **xeque** o cosmopolitismo da ilustração e da razão, a fé no humanismo redentor, a confiança nos destinos da civilização da técnica e da ciência e na capacidade do homem (os oprimidos da Terra) de construir a sua História. E, ao finalizarmos, esperamos poder apontar para as primeiras luzes que prenunciam, através do pensamento de um filósofo como Jürgen Habermas, a retomada da crença na participação do homem na sua própria libertação. Fim da crise do marxismo e do que ele representou na virada do século, ou ponto-de-partida para uma nova era da Razão?

Para este trabalho, centramos nossas observações em torno de três **momentos** importantes para a temática de que tratamos, ou seja, as maneiras de abordar a Revolução Francesa: em primeiro lugar, a Grande Revolução ou a história da historiografia tradicional – George Lefebvre, um ponto de chegada; em segundo lugar, a Grande Nação, ou a revolução nos quadros de uma história mundial – Jacques Godechot, um ponto de partida e, finalmente, a Revolução Revisada – ontem e hoje, através de três correntes ora condenando-a, ora afirmando que ela não houve, para chegar-se à reafirmação de que foi uma revolução necessária à configuração do mundo moderno.

## 1 – A GRANDE REVOLUÇÃO - A História da Historiografia Tradicional

Coube a Louis Villat, professor na Faculdade de Letras de Toulouse, publicar em 1936 (com reedição em 1947), dois volumes na Coleção Clio, Editora Presses Universitaires de France, intitulado **La Révolution et L'Empire, 1789-1815**, dentro das características do manual universitário francês: uma ampla e erudita introdução historiográfica seguida de uma extensa e competente bibliografia geral, comportando ao fim de cada capítulo, além de Notas que completam o texto, uma apresentação do estado dos conhecimentos naquele momento bem como indicações para pesquisas de assuntos a serem explorados.

O livro de Louis Villat que não chegou a ser um autor dos mais conhecidos no tocante à historiografia da Revolução Francesa é, no entanto, importante na medida em que retrata as características do conhecimento até então acumulado. Seu pequeno ensaio introdutório classifica os escritos segundo as diversas concepções da história revolucionária. Inicia com as **primeiras manifestações** por parte daqueles que viveram os próprios acontecimentos revolucionários, entre as quais é de destacar-se Madame de Staël com as suas **Considérations sur les principaux événements de la Révolution française**, publicado em 1818 e escrito pouco antes da morte da autora, ocorrida dois anos antes. Nesse período, são extremamente abundantes as coleções de Memórias – autênticas umas, apócrifas outras –, panfletos os mais diversos, depoimentos variados e, na sua maior parte, com conteúdo anti-revolucionário. Num segundo momento, destacam os primeiros **historiadores**, polêmicos e literários, Adolphe Thiers e François Mignet. Thiers começou a publicar em 1823, então com 26 anos de idade, a sua **Histoire de la Révolution française** que viria a compreender dez volumes, expressando o propósito de escrever a história de uma revolução memorável “que dividia profundamente os homens e que ainda hoje os divide” (Villat, p. XVI). Escreveu-a como liberal, de forma apologética, vendo-lhe a lógica, o caráter inevitável do movimento revolucionário, o desencadear necessário de suas causas e consequências. Mas uma coisa foi o historiador apaixonado da revolução, filho da burguesia ascendente; outra coisa foi o político, um dos construtores da derrubada do Segundo Império, do

outro Bonaparte, e implacável repressor da Comuna de Paris de 1871. 50 anos de história da França e do Século XIX separavam o jovem historiador do velho político da Terceira República.

Quanto a François Mignet, jovem, belo e romântico, para quem a revolução não apenas “modificou o poder político mas também toda a existência interior da nação”, coube-lhe escrever a sua **Histoire de la Révolution** no ano de 1824, de forma mais sintética e, certamente, mais agradável do que Thiers. “Um só Estado, um só direito, um só povo” enfatiza Mignet como o grande saldo dos anos revolucionários de profundas e perenes mudanças. A partir dessa década que viveu a Restauração dos Bourbons, os sucessivos acontecimentos, como a Revolução de 1830 (o advento de Luis Felipe e sua monarquia burguesa), a revolução de 1848 e a experiência de dois sucessivos regimes que têm pela frente Luis Napoleão, favoreceram o aparecimento de mais uma geração de historiadores da Grande Revolução: Jules Michelet, Louis Blanc, Alexis de Tocqueville, Edgar Quinet, Hippolyte Taine, embora diferenciados como intelectuais e analistas do passado. O primeiro, como relembra Louis Villat, foi o historiador-nato da Revolução, pois que ele mesmo nasceu povo. Não foi, pois, sem um sentimento muito claro e apaixonado de suas raízes que Michelet elegeu o povo como o herói por excelência dos quatro volumes de sua História da Revolução Francesa publicado entre 1847 e 1853. Para ele, o povo é a França e a França é a revolução, da mesma forma como Santa Joana d'Arc houvera sido, ao mesmo tempo, o povo e a pátria. Ninguém foi mais brilhante e convincente do que Michelet num momento em que o país derrubava os últimos vestígios da Monarquia (1848), o povo retomava as ruas e um dos rebentos da família Bonaparte – filhos da Grande Revolução – assumia o poder da França. Assim também foi Louis Blanc, certamente menos brilhante e menos romântico do que Michelet, mais prolixo – já que a sua História tem doze volumes –, muito bem documentado e fiel intérprete de Robespierre, o que é raro entre os intelectuais franceses.

Já Alexis de Tocqueville, de extração social diversa dos autores citados acima, demonstrou uma preocupação menor com a erudição mas dilatou as possibilidades de reflexões bem originais sobre a Revolução de 1789. Entre esses primeiros intelectuais que se preocuparam com a influência da Grande Revolução sobre o seu tempo, foi Tocqueville o primeiro a procurar mais as causas do que a narrativa do evento revolucionário, a refletir mais sobre os elos que ligam o passado ao presente e mais sobre a continuidade do que sobre a ruptura. Seria errôneo, além de pueril, pensar que Alexis de Tocqueville foi “descoberto ou redescoberto” agora, em nossos dias, por alguns historiadores modernos, como François Furet e Denis Richet, inquestionavelmente inteligentes, brilhantes e preocupados com a necessária inovação dos conhecimentos, embora nem sempre convincentes na sua argumentação contrária à tradição revolucionária. Poucos autores têm sido mais editados, lidos e dissecados do que Alexis de Tocqueville a partir do momento em que publicou o seu primeiro livro de retumbante sucesso sobre a democracia na América. A primeira edição do **Ancien Régime et la Révolution Française** de 1856 foi esgotada em seis semanas. Daí até 1964, foram dezoito as edições francesas, além das inúmeras traduções estrangeiras. De 1964 em diante, vêm sendo incontáveis as edições de “bolso”, acessíveis ao grande público. Após a Segunda Guerra Mundial, uma grande comissão abrangendo os maiores nomes da intelectualidade francesa, entre os quais Georges Lefebvre e Ernest Labrousse, diri-

giu a edição das Obras de Alexis de Tocqueville, prevista em doze tomos e quatorze volumes, sendo que Georges Lefebvre dedicou uma atenção especial à análise da contribuição desse autor.

Vejamos, com intervalo de quarenta anos, a opinião de dois historiadores, ambos egressos da Faculdade de Letras de Toulouse. O primeiro, Louis Villat (1936), reportando-se a C. Jullian que escreveu em 1896 e para o qual Tocqueville tem a obra mais original e mais bem feita do século XIX (francês), ressalta os aspectos originais do autor no tocante à ênfase dada aos fatores religiosos e sociais, além dos políticos, e ao interesse de aproximar as instituições saídas da Revolução daquelas do Antigo Regime. Assim, Tocqueville explica "como a Revolução estava em 1789 feita em mais da metade de nos espíritos, nos costumes e nas instituições e como, ao longo dos séculos, tudo tendia à igualdade e à centralização". No entanto, é o próprio Tocqueville que assim se expressa: "O objeto próprio da obra que entrego ao público é o de fazer compreender porque esta grande Revolução, que se preparou ao mesmo tempo em quase todo o continente da Europa, explodiu no nosso país antes do que alhures, e por que ela saiu ela mesma da sociedade que ia destruir ...".

Jacques Godechot, em 1974, comparando-o a Edgar Quinet (La Révolution, 1865) cujo livro é editado depois do de Tocqueville embora não haja maiores afinidades entre os dois, consegue discernir alguns pontos de contato: "Todos dois vêem na Revolução muito mais as sobrevivências do passado do que os sinais anunciadores do mundo futuro, todós dois comungam na idéia moral da liberdade, no desgosto pelo 2 de dezembro, na hostilidade à ditadura napoleônica. No entanto, Tocqueville tem um sentido mais claro da **luta de classes**, um gosto infinitamente mais apurado para o estudo dos problemas sociais. **L'Ancien Régime** uma obra-prima, a **Révolution**, como a definiu Alessandro Galante Garrone, é algo a mais e algo a menos que uma obra histórica", (**Un Jury pour la Révolution**, pp. 164-165). É evidente que, na comparação, Tocqueville leva uma imensa vantagem sobre Quinet, embora este tenha pertencido àquela tradição liberal, antijacobina, com muitos seguidores na Terceira República de Jules Ferry e Gambetta. Veremos, como a amplitude de percepção da Revolução, segundo Tocqueville, será uma das vertentes da história da Grande Nação do mesmo Jacques Godechot. Quando Tocqueville afirma que a Revolução aboliu a velha constituição da Europa, constituição essa já de longa data em estágio de desagregação (mais no Ocidente do que no Oriente), ele indaga porque essa mudança foi mais violenta e radical na França, nos seus efeitos, por via da erradicação do feudalismo. Assim, acrescenta Godechot (p. 97), para Tocqueville, a Revolução, "que é a substituição do antigo regime feudal por um Novo Regime estendeu-se a todo o mundo ocidental mas foi na França que atingiu a sua maior força, com resultados mais radicais".

Na obra de Hippolyte Taine, com quatro tomos dedicados às origens da França contemporânea, encerra-se um momento da historiografia revolucionária, que se fundara na percepção mais intelectual, política e participante de autores polêmicos muito influenciados pela proximidade da Revolução. Enquanto seus antecessores enfatizaram aspectos, de uma forma ou de outra, simpáticos ou, na pior das hipóteses, suscetíveis de justificar a revolução, Taine apresenta-se como aquele que relembra o terror e os crimes cometidos, e não o heroísmo. Digamos que Taine foi, entre os franceses, quem escreveu a primeira versão reacionária da Revolução Francesa pelo que ela resultou, segundo ele, do racionalismo das Luzes do século XVIII, pela anarquia que ele vislumbra no espírito jacobino e nos comitês revolucionários.

A partir daí, quando já se prepara a comemoração do primeiro centenário da queda da Bastilha, a Revolução Francesa passa a ser vista sob o prisma da ciência na Cátedra universitária. Alphonse Aulard foi, assim, o primeiro expoente dessa nova fase de estudos sobre o período revolucionário, não sendo, pois, sem razão que os seus principais e contínuos ataques se dirigiam a Taine, desde o momento em que a cidade de Paris criou na Faculdade de Letras o primeiro curso de História da Revolução, inaugurada em 12 de março de 1886, tendo justamente sob a sua direção o mesmo Aulard. Dessa linhagem virão, além de Jean Jaurès, Albert Mathiez, Georges Lefebvre e Albert Soboul. A análise de Louis Villat encerra-se em Mathiez, embora já assinalando, no final, Georges Lefebvre cuja presença se fazia notar à frente de **Les Annales historiques de la Révolution française** e como co-autor do volume XIII da Coleção dirigida por Halphen e Sagnac. Mas prosseguem, cada vez com maior amplitude, os estudos e as pesquisas universitárias sobre a Revolução. As duas primeiras décadas do século continuaram a vibrar com os ataques de Aulard, desta vez dirigidos contra Mathiez, polêmica essa que se nutria nas personalidades e nos papéis de Danton e Robespierre (Aulard dantonista e Mathiez jacobino). É o momento também em que a Revolução Francesa se analisa nos seus aspectos mais sociais e econômicos do que políticos, sendo de destacar-se a influência do pensamento marxista, notável desde Jean Jaurès e, ainda, da própria Revolução Russa com sua grande repercussão sobre o movimento de idéias a partir da década de 20.

Jacques Godechot, ao rever a historiografia do amplo período que ele mesmo encerra em Georges Lefebvre, destaca quatro gerações: a primeira geração – os que viveram a revolução ou nela nasceram; a geração da Restauração – os que a condenaram (como Taine, por exemplo, ou Heinrich von Sybel); a geração do Segundo Império, Aulard e Jaurès, com duas visões diferentes, uma radical (o republicano girondino Aulard), outra socialista (o revolucionário, de inspiração marxista, Jaurès); e, finalmente, a geração da Terceira República que advoga uma história mais científica, de natureza econômica e social – Mathiez (o jacobino) e Georges Lefebvre (o mais eclético, o que trouxe ao cenário o lado camponês da Revolução). Coube àquele que foi talvez o principal discípulo de Lefebvre, Albert Soboul, trazer à luz dos estudos universitários a massa urbana, os "sans-culottes" de Paris, na perspectiva moderna da luta de classes, distante do romantismo "popular" de Michelet. Godechot propunha-se a estudar, através dessas quatro gerações, quatorze historiadores, os "grandes ancestrais" com o objetivo de melhor compreender e julgar a Grande Revolução.

## 2 – A GRANDE NAÇÃO – UM PONTO-DE-PARTIDA

Foi graças a uma sugestão de Georges Lefebvre, no início da década de 50, que Jacques Godechot, juntamente com o historiador norte-americano Robert Palmer, retomou seus estudos sobre a história do Atlântico, realizados durante a Guerra e, fiel ao veio indicado e explorado por Tocqueville, sobre as "raízes" da Revolução e suas características **ocidentais**, publicou, em 1956, **La Grande Nation**, em dois volumes, com o subtítulo **A expansão revolucionária da França no mundo, 1789-1799**. Um ano antes, no grande Congresso de Roma, promovido pela Comissão Internacional de História, Godechot e Palmer submeteram ao debate um relatório daquelas investigações, intitulado – **Le Probleme de l'Atlantique du XVIII<sup>ème</sup> au XX<sup>ème</sup> siècle**. No mesmo congresso, Ernest Labrousse apresentava uma Comunicação memorável – **Vois Nouvelles vers l'histoire de la bourgeoisie occidentale du**

**XVIII<sup>ème</sup> au XIX<sup>ème</sup> siècle**, como um autêntico e belo programa de investigação histórica capaz de ser desenvolvido naquela parte do mundo atlântico que recebeu as "luzes" da Europa burguesa, nascida da Revolução. Outras correntes históricas brotadas na tradição de uma chamada "escola francesa", de Bloch e Lucien Febvre, à qual não tardam a se juntar Fernand Braudel e tantos outros, como Labrousse e o próprio Georges Lefebvre, abordando desde uma história econômica quantitativa até uma demografia histórica e uma história das mentalidades (posteriormente chamadas de estruturas mentais), irão – todas essas correntes – tornar não apenas, e cada vez mais, científicas as abordagens (novas fontes, novos métodos) sobre a sociedade e a economia na época da Revolução e do Império, como também ampliarão o raio de influência dos estudos franceses. A própria noção de revolução ganha uma dimensão mais ampla, com caráter menos político e mais social.

Jacques Godechot, ao escrever **Un Jury pour la Révolution**, esclarece, de maneira inofensiva, a sua associação com Palmer e as incompreensões geradas a partir daquela proposta no Congresso de Roma – o problema do Atlântico. Afinal de contas, vivia-se o apogeu da "guerra fria", a atuação da OTAN tinha um papel estratégico fundamental na divisão do mundo em blocos ideológicos e militares e daí a atribuir a esses historiadores a intenção de justificar, com embasamento histórico a política do Pólo capitalista e norte-americano, seria um passo apenas. No entanto, o relatório de 1955 frustrou essas expectativas, se elas existiram, como com prova a sua conclusão: "A América, esta antiga colônia, crê mais do que a Europa, parece, na realidade ou na possibilidade de uma **civilização atlântica**". No entanto, não é desprezível a contribuição dessas preocupações desenvolvidas por Godechot e Palmer ao conhecimento da revolução burguesa na última década do século XVIII, encarada no quadro mais amplo de uma história européia e americana.

### 3 – A REVOLUÇÃO REVISADA

A herança deixada por Lefebvre foi extremamente rica: Soboul, Godechot, Richard Cobb, Vovelle, etc. etc. Deve-se de um lado, à grande tradição historiográfica francesa, "lato sensu", e, de outro, à rica influência do pensamento marxista que permeou, direta ou indiretamente, as preocupações do século XX e seus principais historiadores. Foi essa influência que permitiu o aprofundamento dos estudos revolucionários na França: a luta de classes, a democracia direta, o papel do campesinato e das classes urbanas, as manifestações coletivas (o "grande medo"). A crise do marxismo nos últimos vinte anos veio abalar profundamente o prestígio dessa tradição – os episódios aí estão aos nossos olhos: maio 68, a intervenção em Praga, o questionamento da hegemonia ideológica, o questionamento das "verdades" longamente assentadas quanto ao progresso e à civilização industrial, a pulverização da esquerda.

Abre-se o espaço para outras versões, que denotam certo desprezo pela base arquivística e instrumental, embora sejam inteligentes e se preocupem em apontar falhas nos outros estudos. Também propõem a indicar caminhos novos nunca dantes trilhados numa perspectiva mais antropologizante do que sociológica, e menos, ainda, estrutural para ser mais pontual: a festa, o cotidiano, as mulheres. A idéia de que a Revolução foi algo de extremamente condenável pela violência, pelo terror, pelo radicalismo da mudança, traços esses que a caracterizaram em alguns momentos, tem toda uma tradição que se inicia com alguns de seus observadores contemporâneos, passando por Burke para chegar a Taine, Von Sybel, e Pierre Gaxotte já no século XX. Este

último, nascido na Lorena em plena ocupação alemã (1895), tornou-se um brilhante jornalista e logo se deixou influenciar pelo grupo da Ação Francesa, da direita católica fascista.

Apesar de seus inegáveis dotes literários, e por isso mesmo foi imenso o sucesso de público obtido por sua **Revolução Francesa**, aparecida em 1928, Gaxotte não trouxe maior contribuição inovadora ao conhecimento do seu tema. No entanto, contribuiu decisivamente para difundir a noção de que a Revolução foi um "acidente" absolutamente sinistro e que seus heróis, como Robespierre e Marat, não passavam de pessoas doentes e sanguinárias. Ao analisar sua obra, J. Godechot chama a atenção para o fato de que Gaxotte escreveu a história da revolução tendo em mente outra revolução que se desenrolara no seu próprio tempo – a Revolução Russa, e assim conclui: "Pierre Gaxotte nada mais fez do que revestir com talento as contribuições de Burke e de Taine ajustando-as aos resultados da erudição moderna. Seu livro reconfortou, e continuará a satisfazer todos os conservadores, todos aqueles que não cessam de deplorar o fim do Antigo Regime" (Godechot, cit. p. 356).

Mais recentemente, sobretudo nos anos 60 em diante, uma corrente de origem acadêmica que se distancia da interpretação materialista da História, bem como das fontes tradicionais de informação e análise, começou a ganhar vulto. Na Inglaterra, distingue-se Alfred Cobban, que insistiu, sem sucesso, em contraditar a obra de Lefebvre e Soboul (v. Cobban, A., *The Social Interpretation of The French Revolution*, Cambridge University Press, 1965), de tal forma parece estar mais preocupado em combater o comunismo, na sua vertente marxista-leninista, do que em alargar as bases de compreensão da Revolução Francesa.

Na França, a corrente revisionista se apresenta com mais inteligência, tendo sua frente um historiador competente como François Furet. Mas, assim como Cobban, ele investe contra a visão sociológica de Lefebvre e Soboul, pegando, de raspão, a interpretação que vê na Revolução Francesa uma forma particular de um movimento mais amplo e ocidental, com a abrangência de um século (meados do século XVIII a meados do século XIX).

Ao negar a própria existência da revolução que nada mais teria sido do que uma coincidência, ou um encontro fortuito, de três ocorrências ou três revoltas, em 1789 (do Terceiro Estado, dos camponeses e dos cidadãos) ele se antepõe à grande tradição revolucionária francesa. A Revolução é vista como um desvio, como diria Taine ou um acidente como Gaxotte ou uma derrapagem (Furet e Richet, 1965) ocasionando toda uma série de reformas sociais e econômicas, embora de curta duração. Apesar de o regime feudal ter sido totalmente abolido, a revolução em si, segundo essa corrente, foi passageira, cabendo a verdadeira realização duradoura, após a fase do radicalismo, à ação da burguesia "ilustrada" (éclairée), em 1800.

Mais recentemente, um segundo livro de F. Furet, **Penser la Révolution Française** (1978 e 1983), bem escrito e brilhante no tom combativo, revolve a obra de Tocqueville e "descobre" um mal-conhecido historiador da Revolução, nascido em 1876 e morto na guerra, em 1916, Augustin Cochin. Polêmico como Aulard e disposto como Cobban, a atacar de frente a historiografia "de esquerda", não poupando sobretudo Albert Soboul cujo manual de História da Revolução Francesa (Paris, 1962) ele

chama de "espécie de vulgata lenino-populista", pega de roldão toda a sua ilustre ascendência intelectual de Jaurès a Lefebvre. Mais ferino do que Aulard, Furet ganha, por alguns pontos, a polêmica no que concerne ao público mais sofisticado e menos versado no assunto. A baixa maré do marxismo, como já mencionamos, é de molde a favorecer seus escritos contra as visões dominantes para consumo universitário no tocante à Grande Revolução. Sua agressividade encanta, congrega discípulos e simpatizantes de uma "nova liberdade intelectual", tem gosto de novidade e é, por vezes, sibilina, por vezes, direta, sem reboços. No entanto, seria lícito indagar que rumos irão ser tomados, uma vez passada a maré anticomunista e esgotados os principais textos para análise da ideologia da Revolução?

No momento em que a própria crise do marxismo está em crise, como é apontado com competência por Perry Anderson, no momento em que a chamada escola de Frankfurt começa a dar novos frutos, como se exemplifica com Habermas, é possível que uma nova fase da Razão venha a recuperar para a História tanto o econômico-social quanto o mental e o ideológico; tanto o geral, quanto o particular, tanto as visões fragmentadas de uma cotidianidade capaz de não ver apenas aquilo que é específico na perspectiva antropológica da sociedade, quanto também a capacidade de luta, o conflito, os grupos sociais, os sistemas econômicos. São percepções que se completam. Julgamos que já estão abertos os novos caminhos e que a história das revoluções será sempre a história da revolta, dos conflitos, das lutas.

Assim, novos pensadores como Jürgen Habermas voltam a encarar a Revolução Francesa não como um simples acidente mas como o divisor fundamental entre duas épocas históricas.



## MARIA YEDDA LINHARES

Graduada em História e Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, livre-docente e catedrática em História Moderna e Contemporânea pela mesma Universidade (1954-1958). Foi professora titular da Universidade de Toulouse, França (1970-1974). Dedicou-se à história agrária brasileira a partir de 1977, e atualmente dirige essa linha de pesquisa na Universidade Federal Fluminense. Cassada pelo AI-5 em 1969, foi anistiada em 1980, quando retornou à UFRJ. Autora de diversos livros, destacando-se, dentre eles, *A Luta Contra a Metrópole - a Descolonização: História da Agricultura Brasileira*; e *O Problema do Oriente Médio*.